

2015

Relatório e Contas



Associação Portuguesa
de Gestão de Resíduos

electrão
a rede da Amb3E



Índice

Síntese da actividade em 2015	2
1. Introdução	4
1.1 Enquadramento legal	4
1.2. Enquadramento macroeconómico	5
2. A Amb3E.....	6
2.1. Órgãos sociais	7
3. Aderentes e colocação no mercado.....	8
3.1. Produtores de EEE aderentes	8
3.2. Produtores de PA aderentes	9
3.3. Colocação no mercado de EEE.....	9
3.4. Colocação no mercado de PA	10
4. Operação de gestão de resíduos.....	11
4.1. Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos.....	11
4.2. Resíduos de pilhas e acumuladores.....	11
5. Comunicação e sensibilização	12
6. Investigação e desenvolvimento	12
7. Actividade de 2015 e objectivos para 2016	14
7.1 Actividade realizada em 2015.....	14
7.2 Objectivos e actividades para 2016	16
7.3 Análise dos principais agregados do balanço	16
7.4 Análise dos principais agregados da demonstração dos resultados.....	18
8. Factos relevantes ocorridos após o termo do período	19
9. Proposta de aplicação de resultados.....	20
10. Demonstrações financeiras.....	21
10.1 Balanço	21
10.2 Demonstração dos resultados por naturezas	22
10.3 Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais	23
10.4 Demonstração dos fluxos de caixa	24
10.5 Anexo.....	25
11. Certificação Legal das Contas	46
12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	48

Síntese da actividade em 2015

Em 2015, a rede Electrão da Amb3E foi responsável pela recolha, tratamento e valorização de 36.845 toneladas de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos e de 172 toneladas de resíduos de pilhas e acumuladores, cumprindo em ambos os casos as metas de recolha de resíduos legalmente exigíveis e representando um contributo assinalável para o cumprimento das metas nacionais respectivas. Os fluxos operacionais de resíduos de equipamentos de elevada perigosidade, designadamente, equipamentos de frio, lâmpadas, televisores e monitores, representaram cerca de 22% do total de resíduos eléctricos recolhidos e tratados.

A nível operacional, salienta-se o aumento do número de locais de recolha de resíduos, tornando a rede Electrão mais capilar e mais próxima do cidadão. No final do ano de 2015 contam-se mais de 1.300 locais de recolha onde os resíduos eléctricos são efectiva e periodicamente recolhidos em todo o território nacional, valor este que representa um aumento de mais de 100% relativamente a 2014. Idêntico esforço foi feito no aumento dos locais de recolha de resíduos de pilhas e acumuladores, tendo estes aumentado de 10 locais em 2014, para 261 no final de 2015. Pode-se dizer que o modelo operacional de recolha de fluxo de resíduos de pilhas e baterias foi refundado durante o ano de 2015 numa lógica de sinergia com os locais de recolha de resíduos eléctricos e que, ainda durante este ano, produziu resultados ao nível da recolha muito significativos para o cumprimento de metas. Ainda a nível operacional, já no último trimestre de 2015, iniciou-se uma reorganização do modelo de operação da rede Electrão, com a selecção de operadores de gestão de resíduos com responsabilidade de recolha de proximidade numa lógica distrital.

No que diz respeito à actividade com produtores da Amb3E, verificou-se o continuar da tendência de 2014 de aumento do número de produtores aderentes, quer de equipamentos eléctricos e electrónicos, quer de pilhas e acumuladores. A colocação no mercado de equipamentos eléctricos e electrónicos teve um aumento muito considerável tendo atingido um total de cerca de 25 milhões unidades, cerca de 89 mil toneladas em 2015. O mercado de pilhas e acumuladores, apesar de ter registado um aumento muito significativo em peso para 235 toneladas declaradas pelos produtores da Amb3E, a este correspondeu um decréscimo para cerca de 1,3 milhões de unidades.

"Electrão, a rede da Amb3E" passa a ser a marca de referência dos dois sistemas colectivos de gestão de resíduos (SIGREEE e do SIGRPA) da Amb3E e toda a estratégia de comunicação passa a basear-se na marca "Electrão". Esta marca, conjuntamente com o logótipo da Amb3E, foi redesenhada num formato mais jovem e mais actual, permitindo uma comunicação mais fácil e de maior ligação com a actividade de recolha de resíduos. Das diversas acções e campanhas de comunicação e

sensibilização em 2015 destaca-se o Quartel Electrão, não só pelos números expressivos com enorme impacte na actividade operacional que apresentou (cerca de 1.100 toneladas recolhidas), mas também porque reforçou o papel das Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários como um activo imprescindível da Rede Electrão no apoio ao desempenho da nossa missão de recolha de resíduos.

Por último, salientamos a enorme expectativa com que fechamos o ano de 2015 e lançamos 2016 no que diz respeito quer à implementação do Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, quer à atribuição das novas licenças para o exercício da actividade de gestão de resíduos eléctricos e de pilhas e acumuladores. Apenas com a definição clara e atempada dos pressupostos de funcionamento do sistema de gestão de resíduos e dos respectivos mecanismos de suporte, será possível esperar a produção dos resultados que permitem ao país cumprir os desígnios a que está vinculado a nível comunitário.

Pedro Nazareth

Director Geral

1. Introdução

1.1. Enquadramento legal

O Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, que revogou o Decreto-Lei n.º 230/2004 de 10 de Dezembro, estabelece actualmente o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE). Nas palavras do legislador, este diploma legal tem como objectivo prioritário prevenir a produção de REEE e, subsequentemente, promover a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização, de forma a reduzir a quantidade e o carácter nocivo de resíduos a eliminar, contribuindo para melhorar o comportamento ambiental de todos os operadores envolvidos no ciclo de vida destes equipamentos, assim como consubstancia o conceito de responsabilidade alargada do produtor. No quadro das obrigações impostas pelo referido diploma, os produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos (EEE) são responsáveis pelo financiamento da gestão dos resíduos provenientes dos produtos que colocam no mercado e pela implementação, através de uma entidade gestora, de um sistema de recolha, triagem, tratamento e valorização de REEE.

O mencionado Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012 (*WEEE recast*).

O Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, com a redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 173/2015 de 25 de Agosto, estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores (PA) e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores (RPA), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro.

Nesta conformidade, a Amb3E encontra-se licenciada através, respectivamente, do despacho conjunto nº354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, cuja vigência é prorrogada nos moldes do disposto no Despacho nº 1516/2012, de 1 de Fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Despacho nº 1262/2010, de 19 de Janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente, cuja vigência é prorrogada nos moldes do diploma recentemente publicado, Despacho n.º1533/2016 de 1 de Fevereiro, para, respectivamente, a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) e de um sistema de gestão de resíduos de pilhas

e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGRPA).

1.2. Enquadramento macroeconómico

O ano de 2015 veio confirmar a recuperação gradual da actividade económica de Portugal, consolidando o crescimento verificado em 2014, consubstanciado num aumento de 1,5% em volume do Produto Interno Bruto (PIB) para a globalidade do ano, mais 0,6 pontos percentuais que o verificado no ano anterior.

O contributo da procura interna para a variação anual do PIB foi positivo (2,5 pontos percentuais), ganhando peso face ao contributo registado em 2014 (2,2 pontos percentuais), fundamentalmente devido ao crescimento mais intenso do consumo privado (2,6% vs. 2,2% em 2014) e à reversão verificada no comportamento do consumo público (aumento de 0,8% em 2015 face a uma redução de 0,5% em 2014), uma vez que o investimento (crescimento de 3,6% em volume) apresentou uma desaceleração face ao comportamento verificado em 2014 (crescimento de 5,5% em volume).

O indicador de confiança dos consumidores reforçou a trajectória ascendente assinalada desde o início de 2013, apresentando um movimento positivo praticamente ao longo de todo o ano e que veio a consubstanciar-se no seu valor máximo desde Abril de 2001, atingido em Outubro de 2015 (fontes: INE – inquéritos de conjuntura às empresas e consumidores – Dezembro 2015 e Fevereiro 2016).

Ainda de acordo com as fontes indicadas no parágrafo anterior, o indicador de confiança do comércio apresentou uma trajectória global de crescimento em 2015, apesar do perfil decrescente verificado entre Agosto e Novembro, sendo Dezembro o mês de reversão de tal perfil.

A taxa de desemprego situou-se, em média anual, nos 12,4%, apresentando um decréscimo de 1,5 pontos percentuais face ao ano anterior. Concretizando esta tendência de redução, a taxa de desemprego estimada para o quarto trimestre foi de 12,2%, valor inferior em 1,3 pontos percentuais ao verificado no trimestre homólogo de 2014.

A nível de IHPC (índice harmonizado de preços no consumidor), a taxa de variação média foi de 0,5% (-0,2% no ano anterior), sendo a taxa de variação homóloga, em Dezembro de 2015, de 0,3%.

Em modo de conclusão, as projecções do Banco de Portugal (boletim económico de Dezembro 2015 / projecções para a economia Portuguesa: 2015-2017) apontam para a continuação da recuperação gradual da actividade económica ao longo do período 2015-2017 e englobam um

perfil de estabilização do ritmo de crescimento da procura interna, na vizinhança de um ponto percentual / ano, estimando-se contudo um comportamento do consumo privado - variável chave na colocação de EEE e PA no mercado – mais expressivo, na vizinhança dos dois pontos percentuais / ano dentro do período em projecção, pelo que as perspectivas de evolução do mercado nacional de EEE e PA para 2016 apontam para uma estabilização do crescimento verificado em 2015, ou seja, um crescimento anual entre os três e os quatro pontos percentuais.

2. A Amb3E

A Amb3E é uma associação de direito privado, de âmbito nacional e sem fins lucrativos, cuja escritura de constituição foi outorgada a 27 de Abril de 2005, com sede na Quinta da Fonte, Edifício D. José – piso 0 – Rua Quinta da Quintã, nº 1 e 1A, no concelho de Oeiras, com o principal fim associativo de gestão de resíduos e objectivo primordial de implementar e desenvolver um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE).

Em 2010 a Amb3E alargou a abrangência do seu fim associativo, passando a contemplar também a gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores (SIGRPA).

A visão da Amb3E é a de liderar em Portugal a Gestão de REEE, ganhando o reconhecimento das instituições oficiais com que se relaciona e dos cidadãos em geral, pelo serviço prestado à comunidade.

Os órgãos da Amb3E definidos nos respectivos estatutos actuam em mandatos com a duração de dois anos, sendo permitida recondução ou reeleição dos respectivos membros por uma ou mais vezes, e são os seguintes:

- a) A Assembleia-Geral;
- b) As Assembleias de Fileiras;
- c) O Conselho de Administração;
- d) O Conselho Fiscal;
- e) A Comissão de Arbitragem.

2.1. Órgãos sociais

Os órgãos da Amb3E, à data de 31 de Dezembro de 2015, eram os seguintes:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

BLACK & DECKER, LIMITED, SARL.

Vice-presidente

PHILIPS PORTUGUESA, S.A.

Fileira 1

BSHP - ELECTRODOMÉSTICOS, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

Fileira 1A

DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, S.A.

Fileira 2

GROUPE SEB IBÉRICA, S.A.

Fileira 3

CANON PORTUGAL, S.A.

Fileira 4

SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, S.A.

Fileira 5

OSRAM - EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.

Fileira 6

ROBERT BOSCH, S.A.

Fileira 8

SIEMENS, S.A.

Fileira 9

SIEMENS, S.A.

Fileira 10

WINCOR NIXDORF PORTUGAL, LDA.

Fileira 11

BLACK & DECKER, LIMITED, SARL.

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente

ANTÓNIO MEIRELES, S.A.

Secretário

SCHNEIDER ELECTRIC PORTUGAL, LDA

CONSELHO FISCAL

Presidente

OSRAM - EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.

Vogal

LEGRAND ELÉCTRICA, SA.

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

3. Aderentes e colocação no mercado

Todos os produtores que transferem a responsabilidade para a Amb3E em matéria de gestão de REEE e / ou RPA, decorrente da colocação no mercado dos seus produtos, são considerados produtores aderentes. Estes mesmos podem aderir à Amb3E em duas categorias distintas: como associados ou como utentes. Os primeiros beneficiam das condições de gestão de REEE e / ou RPA providenciadas pela Amb3E, decorrentes da transferência de responsabilidade para a mesma, tendo ainda presença e poder de voto em Assembleia-Geral e nas Assembleias de Fileira. Os utentes têm contracto com a Amb3E para a transferência da responsabilidade, beneficiando da gestão de REEE e / ou RPA, sem intervirem nos destinos da Amb3E enquanto Associação de produtores de EEE e / ou PA.

3.1. Produtores de EEE aderentes

A Amb3E tem alargado a base de aderentes que lhe transferem a responsabilidade de gestão de REEE. Em 2015 o número total de aderentes da Amb3E foi de 1.378, registando um acréscimo de 4,9% em relação ao ano anterior (1.314 aderentes).

Na figura seguinte pode constatar-se, para o quadriénio 2012-2015, o aumento contínuo do número de aderentes da Amb3E.

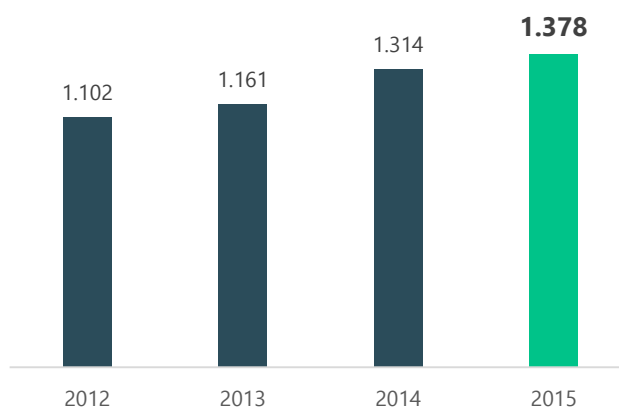


Figura 1 – Evolução do número de aderentes de EEE 2012-2015

3.2. Produtores de PA aderentes

Em 2015 o número total de aderentes da Amb3E foi de 357 produtores. Na figura seguinte pode constatar-se a evolução do número de aderentes da Amb3E, referentes à gestão de PA.

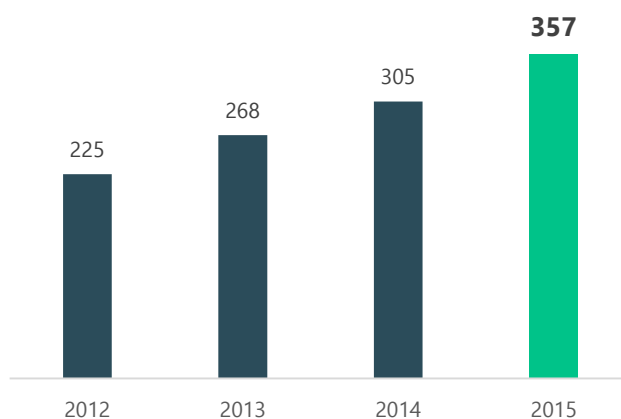


Figura 2 – Evolução do número de produtores de PA aderentes da Amb3E 2012 - 2015

3.3. Colocação no mercado de EEE

Os produtores aderentes da Amb3E colocaram no mercado nacional, durante o ano 2015, **88.996t** o que equivale a cerca de **25 milhões de unidades** de equipamentos eléctricos e electrónicos.

Como se observa nas duas figuras seguintes, as quantidades de EEE, em peso e em unidades, declaradas à Amb3E apresentam um crescimento sustentado no período 2012-2015.

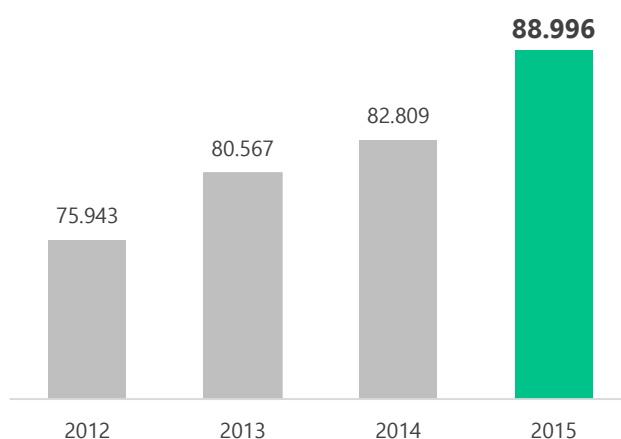


Figura 3 – Quantidade (toneladas) de EEE declarados à Amb3E 2012 – 2015

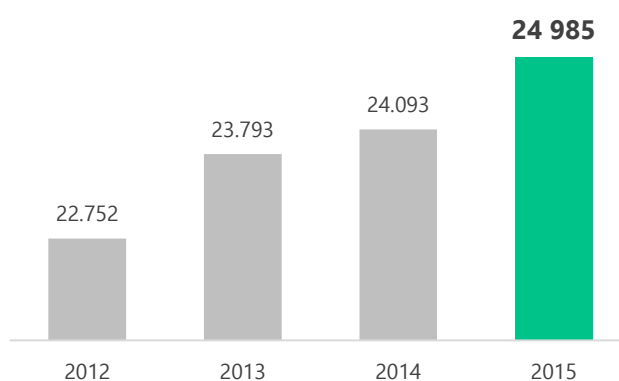


Figura 4 – Unidades de EEE declarados à Amb3E 2012 – 2015

3.4. Colocação no mercado de PA

Os produtores aderentes da Amb3E, que transferiram as suas responsabilidades quanto a este fluxo específico de resíduos, declararam ter colocado no mercado nacional durante o ano 2015, **235t** de pilhas e acumuladores, correspondentes a **1,3 milhões de unidades**, conforme figuras abaixo.

Tais figuras demonstram um crescimento do peso médio unitário das PA colocadas no mercado em 2015, face ao verificado no período anterior.

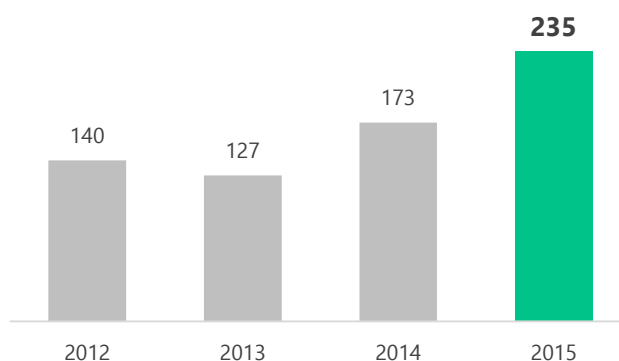


Figura 5 – Quantidade (toneladas) de PA declarados à Amb3E 2012 – 2015

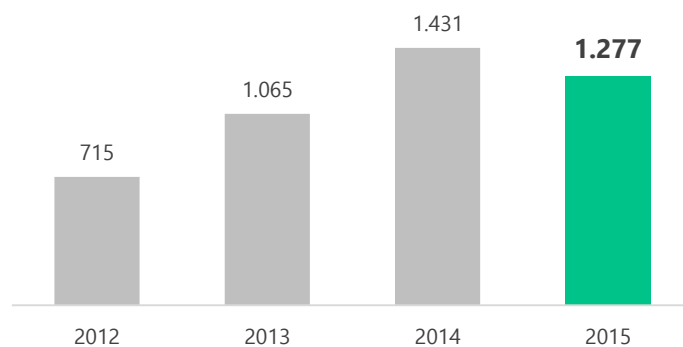


Figura 6 – Unidades de PA declarados à Amb3E 2012 – 2015

4. Operação de gestão de resíduos

A operacionalização da gestão de resíduos, quer de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) quer de pilhas e acumuladores (SIGRPA), encontra-se suportada e estruturada no modelo operacional de gestão de resíduos da Amb3E, cujo detalhe pode ser obtido através da leitura do relatório de actividade de 2015, disponível para consulta no site da Amb3E (www.amb3e.pt), em área reservada para o efeito.

4.1. Resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos

Em 2015 a Amb3E assegurou a recolha e tratamento de REEE das 10 categorias legais, perfazendo um total a nível nacional de **36 845t**, correspondentes a **3,55 kg/habitante/ano**¹.

Para o total, contribuiu a recolha de REEE nas Regiões Autónomas, a saber:

- Região Autónoma dos Açores: **321t**;
- Região Autónoma da Madeira: **428t**.

4.2. Resíduos de pilhas e acumuladores

Em 2015 a Amb3E assegurou a recolha de **172t**, conforme detalhado no gráfico seguinte:

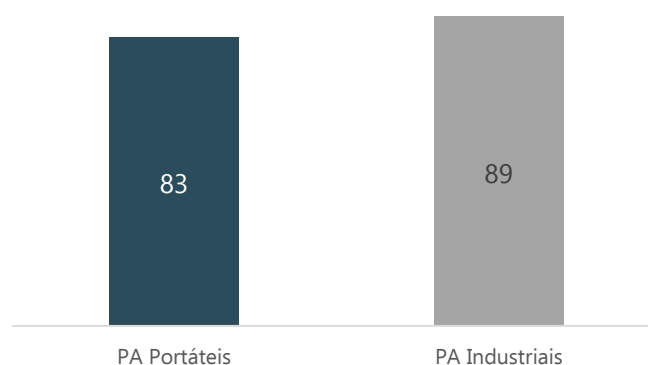



Figura 7 - RPA recolhidos pela Amb3E por segmento em 2015

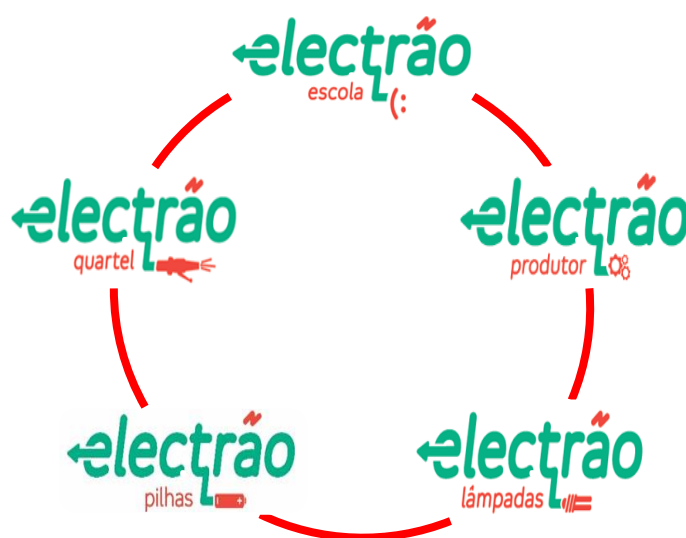
Para o total, contribuiu a recolha de RPA nas Regiões Autónomas, a saber:

- Região Autónoma dos Açores: **182 kg**;
- Região Autónoma da Madeira: **262 kg**.

¹ Considerando a população residente em Portugal/séries estimativas provisórias anuais da população residente, segundo a divisão administrativa correspondente à carta administrativa oficial de Portugal 2013 e à nova versão das NUTS (NUTS 2013) em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2015, de 10.374.822 habitantes.

5. Comunicação e sensibilização

No ano de 2015, foi desenvolvida uma acção de *rebranding* da marca  , na qual foi reforçada a divulgação da "Rede Electrão", a rede de recolha e tratamento da Amb3E. Esta acção foi realizada via comunicação em imprensa escrita, bem como via online. Em sede de campanhas, destacam-se "Quartel Electrão", "Electrão Lâmpadas" e "Electrão Produtores", campanhas dirigidas a públicos-alvo específicos como corporações de bombeiros, profissionais do sector da iluminação e produtores de EEE e PA.



Para além destas iniciativas, a Amb3E realizou acções de sensibilização, com uma abordagem adaptada, quer através da realização de palestras em escolas, quer na divulgação de conteúdos em publicações especializadas, como Green Savers, Voltimum, SmartCities, etc.

6. Investigação e desenvolvimento

Em matéria de investigação e desenvolvimento (I&D) a Amb3E tem a responsabilidade de promover projectos orientados para a melhoria de processos no âmbito da prevenção e gestão de REEE e RPA, nomeadamente na prossecução de novas metodologias e processos de tratamento, que optimizem a recuperação de matérias primas e a performance ambiental.

Neste sentido, a Amb3E canaliza uma parte dos resultados da sua actividade no fomento de acções de I&D, enquadrando-se neste âmbito a prestação de apoio técnico e/ou financeiro a projectos de

I&D destinados à melhoria de processos relevantes para o funcionamento do circuito de gestão de REEE e de RPA.

No decurso de 2015 a Amb3E desenvolveu diversas actividades na área em apreço, das quais se destacam as constantes na seguinte tabela:

Tabela 1 - Investigação e Desenvolvimento em 2015

Iniciativa	Principais actividades
Projecto ProSUM	<p>Participação no consórcio internacional, como "delivery partner", do projecto ProSUM financiado pelo programa de financiamento para a investigação e inovação "Horizon 2020"</p> <p>Participação na elaboração de questionário dedicado a todas as entidades gestoras pertencentes ao WEEE Forum e resposta ao mesmo. Presença na conferência de arranque do projecto em Bruxelas e participação activa nos grupos de trabalho</p>
Projecto WEEE 2020 - Circular WEEconomy	<p>Reestruturação do projecto WEEE 2020, com selecção de novos parceiros a incluir no consórcio e melhor adequação do projecto às expectativas da Comissão Europeia em termos de economia circular</p> <p>Preparação de candidatura do projecto reformulado e renomeado de "Circular (W)EEconomy - Demonstrating a new (W)EEE circular value chain supplying high quality materials to EU product manufacturers and high quality reused products to consumers", ao programa de financiamento para a investigação e inovação "Horizon 2020"</p>
Projecto CWIT	<p>Participação em inquérito relacionado com estimativa de custos associados à implementação da recomendação de reforço da cooperação entre operadores de gestão de REEE, entidades gestoras e autoridade (inspecção, entidades ambientais, polícia, etc.)</p> <p>Presença na conferência internacional de fecho de projecto - Lyon</p>
REEEX – módulo produtores	<p>Desenvolvimento à medida do novo módulo de aderentes e sua integração no software de gestão de REEE/RPA da Amb3E (REEEX)</p>
Desenvolvimento de plataforma informática de gestão inteligente e multifluxo de resíduos (PIGIMUR) com reestruturação integrada da Rede Electrão	<p>Estabelecimento de consórcio e preparação de projecto IT de concepção e desenvolvimento de uma plataforma informática de gestão inteligente e multifluxo de REEE e RPA, com avaliação da necessidade de reestruturação da actual rede electrão e desenvolvimento de contentorização inteligente, com acções a nível nacional com enfoque nas regiões com menor recolha de REEE per capita.</p> <p>Preparação de candidatura ao programa "Portugal 2020", via sistema de apoio a acções colectivas (SIAC) ou via Sistemas de Incentivo (SI)</p>
REEEX – módulo gestão de resíduos	<p>Desenvolvimento à medida do novo módulo de gestão de resíduos e sua integração no software de gestão de REEE/RPA da Amb3E (REEEX)</p>
Estudo de caracterização de recolha de RPA em PE	<p>Projecto-piloto de recolha de RPA em Pontos Electrão e avaliação da solução desenvolvida</p>

7. Actividade de 2015 e objectivos para 2016

7.1. Actividade realizada em 2015

No decurso de 2015 a Amb3E desenvolveu diferentes acções no âmbito da sua competência, quer em Portugal quer no estrangeiro, na prossecução dos seus objectivos de gestão, conforme se sintetiza na tabela abaixo:

Tabela 2 – Avaliação de actividades realizadas em 2015

Objectivos	Actividades	Resultados
<p>Consolidação do SIGRPA e do serviço de gestão de RPA, de forma sustentada</p> <p>Optimização das sinergias de gestão de RPA e de gestão de REEE</p> <p>Renovação da licença do SIGRPA</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incremento do nível de implementação da Amb3E no mercado das PA ▪ Dinamização de sinergias entre os intervenientes nos circuitos de gestão de REEE e RPA titulados pela Amb3E ▪ Avaliação e monitorização contínuas do SIGRPA gerido pela Amb3E ▪ Apresentação do caderno de encargos e acompanhamento do processo conducente à atribuição da renovação da licença referente à gestão do fluxo específico de resíduos de pilhas e baterias 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Alargamento exponencial do número de locais de recolha de RPA da rede Electrão de 10 para 261 ▪ Desenvolvimento de acções de comunicação e sensibilização específicas para recolha RPA ▪ Desenvolvimento e instrução do caderno de encargos para renovação da licença de gestão do SIGRPA da Amb3E ▪ Desenvolvimento e instrução do caderno de encargos para obtenção da licença da Amb3E como entidade de registo de PA
<p>Aumento gradual da quantidade e da qualidade dos REEE abrangidos pelo SIGREEE</p> <p>Melhoria dos processos de controlo das quantidades e da qualidade dos REEE abrangidos pelo SIGREEE</p> <p>Reforço das condições de concorrência no acesso e funcionamento dos diferentes serviços do SIGREEE</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redefinição e optimização do modelo operacional do SIGREEE, nomeadamente no alargamento efectivo da rede, constituída por locais de recolha, centros de recepção e unidades de tratamento e valorização ▪ Desenvolvimento de acções e campanhas específicas para a recolha de REEE através da activação e/ou desenvolvimento dos canais próprios e em articulação com os parceiros operacionais do SIGREEE ▪ Dinamização de mecanismos que permitam aproximar as soluções de recolha dos respectivos detentores, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> ○ Campanhas direccionadas para a comunidade escolar, corporações de bombeiros e sectores da economia social ○ Operacionalização de campanhas de recolha em 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Redefinição da tipologia e alargamento do número de locais de recolha de resíduos eléctricos de 646 para 1312 ▪ Alteração do modelo de reporte das unidades de tratamento e valorização ▪ Concepção e desenvolvimento de um sistema de recolha de resíduos de proximidade territorial, numa lógica distrital, através dos centros de recepção da rede ▪ Definição de condições comerciais para atribuição de incentivos ambientais ▪ Definição de condições comerciais base para operadores de tratamento e valorização de grandes e pequenos equipamentos

Objectivos	Actividades	Resultados
<p>Estabelecimento de critérios e respectivos mecanismos de operacionalização do sistema de auditoria e controlo</p>	<p>empresas (ex. grandes empregadores; gestoras de condomínios; etc.)</p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Melhoria da capacidade e eficiência dos locais de recolha associados aos sistemas de gestão de resíduos urbanos <ul style="list-style-type: none"> ▪ Reforço dos processos internos de monitorização e controlo dos diferentes serviços abrangidos pelo sistema gerido pela Associação ▪ Redefinição do sistema logístico do SIGREEE com o objectivo de o adaptar a uma operação futura de recolha de proximidade e capilar de REEE e sua respectiva consolidação ▪ Implementação de procedimentos de uniformização das condições comerciais e operacionais relativas aos serviços prestados, com diferenciação positiva das soluções que melhor contribuam para o cumprimento dos objectivos legais ▪ Introdução do factor de desempenho ambiental das unidades de tratamento e valorização como elemento diferenciador e de incentivo à melhoria contínua dos processos tecnológicos ▪ Desenvolvimento de um mecanismo para o controlo de qualidade de REEE e introdução de indicadores internacionais de valorização de matérias-primas como factores ponderadores do processo de tratamento e valorização 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição dos critérios de selecção de auditoria e controlo para locais de recolha, centros de recepção e unidades de tratamento e valorização ▪ Apoio à formação de auditores externos para o normativo WEEELABEX ▪ Definição de critérios técnicos e implementação de plataformas de consolidação para armazenamento e triagem de lâmpadas usadas ▪ Definição de abordagem comercial a operadores de gestão de resíduos para recolha de RPA ▪ Desenvolvimento do modelo técnico económico de base ao cálculo, para valorização indexada às matérias primas, dos operadores de tratamento e valorização
<p>Adaptação às disposições legais</p> <p>Melhoria do nível de serviço a produtores aderentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Adaptação à figura do representante autorizado ▪ Definição da relação com produtores de pequena dimensão ▪ Alteração do âmbito de forma a contemplar o grupo de equipamentos de painéis solares e consumíveis de impressão ▪ Adaptação à disposição de cobrança única a produtores aderentes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Concepção de modelo de proposta de prestação financeira única para pequenos produtores ▪ Adaptação e consolidação de subcategorias de prestações financeiras, com identificação dos consumíveis de impressão e dos painéis fotovoltaicos ▪ Eliminação do valor da jóia de adesão, passando a ser a prestação financeira o único valor a cobrar aos produtores

7.2.Objectivos e actividades para 2016

O plano de actividades, e correspondentes objectivos, para 2016 pode-se sintetizar nos seguintes principais pontos:

- Integração do serviço e aumento do valor acrescentado
- Renovação das licenças de gestão de fluxos específicos (SIGREEE e SIGRPA)
- Obtenção da licença do Centro de Coordenação e Registo
- Finalização do processo de implementação das alterações decorrentes do DL 67/2014
- Discussão e definição da estratégia a longo prazo da Amb3E
- Optimização do modelo operacional integrado (SIGREEE e SIGRPA)
- Implementação efectiva da indexação dos gastos com tratamento e valorização a indicadores de matérias primas

7.3.Análise dos principais agregados do balanço

À data de encerramento dos períodos de 2015 e 2014, a posição financeira da Amb3E apresentava-se da seguinte forma:

Balanço				
Activo	Valor líquido 2015	Valor líquido 2014	Varição Absoluta	Var.%
Activos Fixos Tangíveis	259.145,65	248.581,44	10.564,21	4,2%
Outros activos financeiros	8.705.701,73	8.705.000,00	701,73	0,0%
Dívidas de terceiros	602.982,32	632.088,01	(29.105,69)	-4,6%
Depósitos bancários e caixa	9.306.671,73	9.902.188,34	(595.516,61)	-6,0%
Acréscimos e diferimentos activos	1.918.329,07	2.152.683,64	(234.354,57)	-10,9%
	20.792.830,50	21.640.541,43	(847.710,93)	-3,9%
Fundos Patrimoniais e Passivo				
Património associativo	620.000,00	620.000,00	-	0,0%
Resultados transitados	3.001.995,70	1.881.666,09	1.120.329,61	59,5%
Outras var. nos fundos patrimoniais	16.102,36	20.213,68	(4.111,32)	-20,3%
Resultado líquido do período	636.435,95	1.120.329,61	(483.893,66)	-43,2%
Provisões	14.090.983,57	15.359.652,36	(1.268.668,79)	-8,3%
Dívidas a terceiros	1.730.361,84	2.256.469,48	(526.107,64)	-23,3%
Acréscimos e diferimentos passivos	696.951,08	382.210,21	314.740,87	82,3%
	20.792.830,50	21.640.541,43	(847.710,93)	-3,9%

(valores em Euros)

O decréscimo do activo total da Amb3E (de EUR 21.640.541,43 em 31 de Dezembro de 2014 para EUR 20.792.830,50 em 31 de Dezembro de 2015) teve por base os seguintes principais factores:

- A nível dos activos fixos tangíveis, o acréscimo de 4,2% reflectiu fundamentalmente a aquisição de equipamento de transporte (duas viaturas), líquido das amortizações/depreciações do período conforme detalhado no ponto 6. do anexo;
- Em sede de dívidas de terceiros, o decréscimo verificado face a 2014 (4,6%) reflectiu de forma praticamente directa a redução verificada no rédito da Amb3E;
- A evolução verificada na rubrica "depósitos bancários e caixa" (decrécimo de 6% face a 2014) foi também consequência da redução do volume de facturação;
- O decréscimo verificado em sede de acréscimos e diferimentos activos (-10,9%) assentou primordialmente na redução dos ecovalores pendentes de facturação do quarto trimestre de 2015 face ao período homólogo de 2014;
- A evolução registada na rubrica "provisões" (decrécimo de 8,3%), conforme melhor detalhado no ponto 15. do anexo, foi suportada na redução conseguida a nível do gasto operacional por tonelada no exercício de 2015 (aproximadamente 10,4%), uma vez que os restantes vectores chave do cálculo mantiveram (caso da vida útil estimada das diversas categorias legais de equipamentos) ou viram acrescido o correspondente peso no cálculo da responsabilidade (caso da meta anual de recolha de resíduos);
- a variação verificada na rubrica "dívidas a terceiros" (menos 23,3% face ao valor final de 2014) resultou não só da redução do gasto operacional atrás referido, como também da postecipação na emissão de facturação por parte de alguns dos parceiros operacionais relativamente ao último mês de actividade do período;
- Por fim, a variação na rubrica "acrécimos e diferimentos passivos" (acrécimo de 82,3%) é demonstrativa de um menor grau de compleição de facturação firme, por parte dos parceiros operacionais da Amb3E (conforme já referido no ponto anterior), com as naturais repercussões em acréscimos de gastos operacionais.

7.4. Análise dos principais agregados da demonstração dos resultados

Relativamente ao resultado das operações da Amb3E nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o mesmo sintetizava-se da seguinte forma:

Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos	2015	2014	Var.absoluta	Var.%
Prestações de serviços	5.951.970,19	6.500.786,43	(548.816,24)	-8,4%
Outros rendimentos e ganhos	33.073,64	38.117,55	(5.043,91)	-13,2%
Rendimentos financeiros	246.400,12	295.250,51	(48.850,39)	-16,5%
	6.231.443,95	6.834.154,49	(602.710,54)	-8,8%
Gastos				
FSE - Gastos operacionais	4.666.600,64	4.978.003,13	(311.402,49)	-6,3%
FSE - Gastos não operacionais	1.249.809,57	1.372.662,22	(122.852,65)	-8,9%
Gastos com o pessoal	733.855,93	995.652,49	(261.796,56)	-26,3%
Amortizações e ajustamentos	107.816,19	330.304,62	(222.488,43)	-67,4%
Provisões	(1.253.668,79)	(2.001.064,70)	747.395,91	-37,3%
Outros gastos e perdas	85.720,49	36.061,49	49.659,00	137,7%
Gastos financeiros	4.873,97	2.205,63	2.668,34	121,0%
Resultado líquido do período	636.435,95	1.120.329,61	(483.893,66)	-43,2%
	6.231.443,95	6.834.154,49	(602.710,54)	-8,8%

(valores em Euros)

A redução do total dos rendimentos, de EUR 6.834.154,49 no período findo em 31 de Dezembro de 2014 para EUR 6.231.443,95 no período findo em 31 de Dezembro de 2015 encontra suporte nos seguintes principais factores:

- Decréscimo de 8,4% na rubrica "prestações de serviços", consequência directa da revisão em baixa da tabela de ecovalores, com produção de efeitos ao início de 2015;
- Relativamente aos rendimentos financeiros, o decréscimo verificado (16,5%) resultou essencialmente da redução da taxa média de rendibilidade das disponibilidades monetárias da Amb3E, em linha com a abordagem às operações de captação de recursos praticada em 2015 pelos principais bancos a operar no mercado nacional.

Para a variação verificada nos gastos totais (de EUR 5.713.824,88 no período findo em 31 de Dezembro de 2014 para EUR 5.595.008,00 no período findo em 31 de Dezembro de 2015) concorreram os seguintes principais factores:

- Decréscimo de 6,3% em sede de fornecimentos e serviços externos / operacionais, reflectindo as melhorias advenientes da negociação de contractos com diversos operadores, propiciadoras de uma redução do custo operacional por tonelada de 10,4% (EUR 126,07 em 2015 vs. EUR 140,81 em 2014) para um aumento de produção total de 4,5% (37.017 toneladas geridas em 2015 vs. 35.435 toneladas geridas em 2014);
- Decréscimo de 8,9% em fornecimentos e serviços externos / não operacionais, fundamentalmente fruto dos comportamentos verificados nas rubricas de comunicação e sensibilização (redução aproximada de EUR 62.500 face a 2014), deslocações (redução de EUR 10.500), rendas e alugueres (redução de EUR 49.300 adveniente da revisão operada nos espaços ocupados pela Associação), consultoria técnica (aumento aproximado de EUR 43.800 face a 2014) e serviços prestados por associados (redução de EUR 24.100);
- Decréscimo de 26,3% na rubrica "gastos com o pessoal", em função do período de 2014 ter ainda contado, em aproximadamente meio ano, com o contributo de dois colaboradores em áreas de direcção e coordenação, tendo entretanto os correspondentes vínculos sido rescindidos;
- Decréscimo de 67,4% na rubrica "amortizações e ajustamentos", por via das reduções verificadas quer em sede de depreciações (EUR 116.300, decorrentes do fim da vida útil contabilística de parte substancial do equipamento básico) quer em sede de ajustamentos por imparidade (EUR 106.100, decorrentes da expressão diminuta dos valores registados em 2015 quando comparados com os registados em 2014);
- Relativamente ao comportamento evidenciado pela rubrica "provisões", vide comentário acima inscrito, relativamente à análise dos principais agregados do balanço;
- Por fim, o racional do acréscimo de 137,7% verificado na rubrica "outros gastos e perdas" encontra suporte nos montantes assumidos com gastos inerentes a licenciamento de actividades sob gestão (entrega do caderno de encargos referente ao SIGRPA) e com quotizações.

8. Factos relevantes ocorridos após o termo do período

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do período findo em 31 de Dezembro de 2015.

9. Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido apurado no período findo em 31 de Dezembro de 2015, no montante de EUR 636.435,95 (seiscentos e trinta e seis mil, quatrocentos e trinta e cinco euros e noventa e cinco cêntimos) seja integralmente transferido para resultados transitados.

Paço de Arcos, 25 de Fevereiro de 2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente BLACK & DECKER, LIMITED, SARL.	
Vice-Presidente PHILIPS PORTUGUESA, S.A.	
Fileira 1 BSHP- ELECTRODOMÉSTICOS SOC.UNIPESSOAL, LDA.	
Fileira 1A DAIKIN AIRCONDITIONING PORTUGAL, SA.	
Fileira 2 GROUPE SEB IBÉRICA, SA.	
Fileira 3 CANON PORTUGAL, S.A	
Fileira 4 SAMSUNG ELECTRÓNICA PORTUGUESA, SA.	
Fileira 5 OSRAM-EMPRESA DE APARELHAGEM ELÉCTRICA, LDA.	
Fileira 6 ROBERT BOSCH, SA.	
Fileira 8 SIEMENS, SA.	
Fileira 9 SIEMENS, SA.	
Fileira 10 WINCOR NIXDORF PORTUGAL, LDA.	
Fileira 11 BLACK & DECKER, LIMITED, SARL.	

10. Demonstrações financeiras

10.1. Balanço

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

Montantes
expressos em Euros

	NOTAS	DATAS	
		2015	2014
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	259.145,65	248.581,44
Participações financeiras-método equiv patrimonial	8	5.000,00	-
Outros activos financeiros	9	8.700.701,73	8.705.000,00
		8.964.847,38	8.953.581,44
Activo corrente			
Clientes	10	400.238,39	468.918,42
Estado e outros entes públicos	11	104.735,98	115.377,84
Outras contas a receber	5,12	1.950.635,13	2.076.241,97
Diferimentos	13	65.701,89	124.233,42
Caixa e depósitos bancários	4	9.306.671,73	9.902.188,34
		11.827.983,12	12.686.959,99
Total do Activo		20.792.830,50	21.640.541,43
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Património Associativo	14	620.000,00	620.000,00
Resultados transitados		3.001.995,70	1.881.666,09
Outras variações nos fundos patrimoniais		16.102,36	20.213,68
Resultado líquido do período		636.435,95	1.120.329,61
Total dos fundos patrimoniais		4.274.534,01	3.642.209,38
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	14.090.983,57	15.359.652,36
Financiamentos obtidos	17	83.339,25	-
		14.174.322,82	15.359.652,36
Passivo corrente			
Fornecedores	16	1.561.885,01	2.196.496,96
Estado e outros entes públicos	11	26.249,75	23.463,03
Financiamentos obtidos	17	12.481,73	3.642,05
Outras contas a pagar	5,18	740.896,62	415.077,65
Diferimentos		2.460,56	-
		2.343.973,67	2.638.679,69
Total do Passivo		16.518.296,49	17.998.332,05
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		20.792.830,50	21.640.541,43

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.2. Demonstração dos resultados por naturezas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014*Montantes*
expressos em Euros

Rendimentos e Gastos	NOTAS	PERÍODOS	
		2015	2014
Vendas e serviços prestados	24	5.951.970,19	6.500.786,43
Subsídios à exploração		3.444,79	-
Fornecimentos e serviços externos	19	(5.916.410,21)	(6.350.665,35)
Gastos com o pessoal	20	(733.855,93)	(995.652,49)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10,12	(11.061,75)	(117.184,35)
Provisões (aumentos/reduções)	15	1.253.668,79	2.001.064,70
Outros rendimentos e ganhos	21	29.628,85	38.117,55
Outros gastos e perdas	22	(85.720,49)	(36.061,49)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		491.664,24	1.040.405,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6	(96.754,44)	(213.120,27)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		394.909,80	827.284,73
Juros e rendimentos similares obtidos	23	246.400,12	295.250,51
Juros e gastos similares suportados	23	(4.873,97)	(2.205,63)
Resultado antes de impostos		636.435,95	1.120.329,61
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		636.435,95	1.120.329,61

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.3. Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014*Montantes expressos em Euros*

DESCRIÇÃO		Património Associativo	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2014	1	620.000,00	(520.180,78)	24.325,00	2.401.846,87	2.525.991,09
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			2.401.846,87	(4.111,32)	(2.401.846,87)	(4.111,32)
	2		2.401.846,87	(4.111,32)	(2.401.846,87)	(4.111,32)
Resultado líquido do período	3				1.120.329,61	1.120.329,61
Resultado integral	4=2+3				(1.281.517,26)	1.116.218,29
Posição no fim do período 2014	5=1+2+3	620.000,00	1.881.666,09	20.213,68	1.120.329,61	3.642.209,38

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015*Montantes expressos em Euros*

DESCRIÇÃO		Património Associativo	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no início do período 2015	1	620.000,00	1.881.666,09	20.213,68	1.120.329,61	3.642.209,38
Alterações no período						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			1.120.329,61	(4.111,32)	(1.120.329,61)	(4.111,32)
	2		1.120.329,61	(4.111,32)	(1.120.329,61)	(4.111,32)
Resultado líquido do período	3				636.435,95	636.435,95
Resultado integral	4=2+3				(483.893,66)	632.324,63
Posição no fim do período 2015	5=1+2+3	620.000,00	3.001.995,70	16.102,36	636.435,95	4.274.534,01

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.4. Demonstração dos fluxos de caixa

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014***Montantes
expressos em Euros*

	Notas	Períodos	
		2015	2014
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes		7.567.461,75	7.430.885,21
Pagamentos a Fornecedores		(6.809.768,02)	(6.274.541,23)
Pagamentos ao Pessoal		(295.169,24)	(562.413,49)
Caixa gerada pelas operações		462.524,49	593.930,49
Pagamento/ Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Recebimentos/ Pagamentos		(1.275.854,76)	(799.931,16)
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(813.330,27)	(206.000,67)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos Fixos Tangíveis		-	(8.199,92)
Investimentos Financeiros	8	(5.000,00)	-
Outros Activos		(701,73)	-
Recebimentos provenientes de:			
Activos Fixos Tangíveis		44.877,25	25,01
Subsídios ao investimento		-	24.667,61
Juros e proveitos similares		222.238,79	327.018,51
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		261.414,31	343.511,21
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(41.012,88)	(20.012,43)
Juros e gastos similares		(2.587,77)	(2.034,56)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(43.600,65)	(22.046,99)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(595.516,61)	115.463,55
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	9.902.188,34	9.786.724,79
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	9.306.671,73	9.902.188,34

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

10.5. Anexo

1. Identificação da entidade

A Amb3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, doravante abreviadamente designada por Associação ou Amb3E, é uma associação sem fins lucrativos, constituída por produtores de equipamentos eléctricos e electrónicos no dia 27 de Abril de 2005. Surgiu para dar resposta às obrigações impostas pelo Decreto-Lei 230/2004 de 10 de Dezembro, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva nº2002/95/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003 e a Directiva nº 2002/96/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, alterada pela Directiva nº 2003/108/CE, do Parlamento do Europeu e do Conselho, de 8 de Dezembro, entretanto substituído pelo Decreto-Lei n.º 67/2014 de 7 de Maio, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2012/19/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de Julho de 2012, e posteriormente para dar resposta também a obrigações decorrentes do Decreto-Lei n.º 6/2009, de 6 de Janeiro, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 173/2015 de 25 de Agosto, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, que consagraram o princípio da responsabilidade do produtor no financiamento e gestão dos resíduos dos seus próprios produtos colocados no mercado.

Nesta conformidade, a Amb3E encontra-se licenciada através, respectivamente, do Despacho conjunto nº354/2006, de 27 de Abril, dos Ministérios do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional e da Economia e da Inovação, complementado pelo disposto no Despacho nº 1516/2012, de 1 de Fevereiro, dos Ministérios da Economia e do Emprego e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e do Despacho nº 1262/2010, de 19 de Janeiro, do Secretário de Estado do Ambiente, complementado pelo disposto no Despacho n.º1533/2016 de 1 de Fevereiro, para a organização e gestão de um sistema integrado de gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGREEE) e de um sistema de gestão de resíduos de pilhas e acumuladores portáteis e de resíduos de pilhas e acumuladores industriais incorporáveis em equipamentos eléctricos e electrónicos (SIGRPA).

A Amb3E tem a sua sede na:

Quinta da Fonte, Edifício D. José - Piso 0

Rua Quinta da Quintã nº 1 – 1A

2770-071 Paço de Arcos

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos documentos disponíveis na Amb3E, de acordo com as regras e disposições constantes no regime da normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), tendo por base o princípio da continuidade.

As notas que se seguem, incluindo esta, estão apresentadas em Euros e respeitam a numeração estabelecida no Sistema de Normalização Contabilística (SNC) para as notas nº 1 a nº 4. Na desagregação destas notas, os pontos cuja numeração é omissa não se aplicam à Amb3E ou respeitam a factores e situações não materialmente relevantes para a compreensão das suas demonstrações financeiras ou a factos não ocorridos durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014. A partir da nota nº 5, inclusive, utiliza-se a numeração sequencial para a divulgação de todos os assuntos exigidos pela norma contabilística e de relato financeiro para as entidades do sector não lucrativo (NCRF-ESNL) que sejam aplicáveis à Amb3E e materialmente relevantes para os períodos a que respeitam as presentes demonstrações financeiras.

3. Principais políticas contabilísticas

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Edifícios e outras construções – 4 anos

Equipamento básico – 6 anos

Equipamento de transporte – 4 anos

Equipamento administrativo – 4 a 10 anos

Outros activos fixos tangíveis – 3 a 10 anos

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como gastos do exercício em que ocorrem. Eventuais gastos com grandes reparações e remodelações serão incluídos no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que estes originem benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os activos fixos tangíveis em curso, quando existentes, representam bens ainda em fase de instalação, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do momento em que estejam em estado de uso.

Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade e das amortizações acumuladas. Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Amb3E, sejam controláveis pela Amb3E e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido ao valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do período. As participações são ainda ajustadas pelo valor correspondente à participação noutras variações nos capitais próprios dessas empresas, por contrapartida da rubrica "Ajustamentos em activos financeiros".

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

Loações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contracto. Os contractos de locação em que a Amb3E age como locatário são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos bens a que respeita o contracto, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

De acordo com o método financeiro actualmente vigente nas NCRF, o custo do activo é registado no activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo na rubrica de "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas, bem como a reintegração do activo, são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de vigência do respectivo contracto de locação.

Instrumentos financeiros

i. Outros activos financeiros

A Associação mensura ao custo ou ao custo amortizado, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, que os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado para operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um spread sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda de valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de risco de crédito).

Estes instrumentos são classificados como activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a doze meses da data do balanço.

ii. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efectivo) e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Amb3E tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações de devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Associação tenha em curso acção judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido, eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguros de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que as integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões - decorrentes da cessação total ou parcial do risco - nos rendimentos e as utilizações, para cobertura da perda efectiva do crédito, deduzidas directamente nas contas correntes.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vençam juros são registadas ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efectivo). O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contractos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra um exfluxo de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Amb3E como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da Associação; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que venha a ser necessária um exfluxo de recursos para liquidar a obrigação ou a quantia da mesma não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Amb3E. A Amb3E não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras, apenas procedendo à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Regime do acréscimo

A Amb3E regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de períodos, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos na medida em que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes receitas e despesas são registadas no balanço nas rubricas de "Outras contas a receber e a pagar" e de "Diferimentos".

Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Amb3E cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Impostos sobre o rendimento

A partir do período de 2009, e de acordo com o art.º 53 do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) a Amb3E passou a ser isenta de IRC, com excepção dos rendimentos de capitais (tal como são definidos para efeitos de IRS) a uma taxa liberatória de 21,5%, uma vez que a Amb3E não pratica qualquer actividade comercial, industrial ou agrícola. Saliente-se que a Amb3E não é sujeita a tributações autónomas e derrama.

Rédito

O rédito proveniente das prestações de serviços é registado no momento em que os aderentes da Amb3E reportam os mapas de quantidades colocadas no mercado de um determinado trimestre, altura em que a Amb3E está em condições de mensurar o rédito de forma fiável.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo Conselho de Administração. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a segurança social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável e as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego quer por decisão unilateral da Amb3E quer por mútuo acordo são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.2. Outras políticas contabilísticas relevantes

Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Amb3E classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de investimento e de financiamento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições, alienações e correspondentes recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a contractos de locação financeira.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Amb3E utiliza estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Amb3E, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Os eventos ocorridos após a data do balanço que não dêem origem a ajustamentos, se significativos, são divulgados no presente anexo.

4. Fluxos de caixa

A caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários.

Os saldos de caixa e depósitos bancários a 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 apresentavam a seguinte decomposição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixa	46,87	320,75
Depósitos à ordem	961.624,86	553.867,59
Outros depósitos bancários	8.345.000,00	9.348.000,00
	<u>9.306.671,73</u>	<u>9.902.188,34</u>

A rubrica "Outros depósitos bancários" é constituída exclusivamente por depósitos a prazo, que à data de 31 de Dezembro de 2015 e 2014, se encontravam aplicados em diversas instituições financeiras, a taxas de juros nominais de 0,37% a 2,65%.

A taxa média de rentabilidade das aplicações efectuadas no período de 2015 foi de 1,34% (2,07% em 2014).

5. Partes Relacionadas

A Amb3E tem como partes relacionadas a Associação Portuguesa do Centro de Coordenação de Registo (CCRPT) e os seus actuais cinquenta associados.

Os saldos pendentes em 31 de Dezembro de 2015 e as transacções anuais encontram-se mencionadas no quadro abaixo:

	Saldos Pendentes		Transacções
	Clientes	Outras contas a receber/(pagar)	Prestações de serviços
CCRPT	-	70.000,00	-
Associados	228.003,85	(46.951,20)	4.182.496,28
	228.003,85	23.048,80	4.182.496,28

O valor inscrito em "Outras contas a pagar a Associados" respeita essencialmente a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação, encontrando-se registados em adequada rubrica de fornecimentos e serviços externos.

6. Activos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, o movimento ocorrido nas rubricas de activos fixos tangíveis foi o seguinte:

	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	TOTAL
ACTIVO BRUTO:						
Saldo em 31.12.2014	635,00	1.404.534,85	58.468,57	190.264,51	25.208,36	1.679.111,29
Adições			105.727,70	2.375,60		108.103,30
Alienações		(101.180,00)	(58.468,57)	(7.774,11)		(167.422,68)
Transferência e abates				(208,30)		(208,30)
Saldo em 31.12.2015	635,00	1.303.354,85	105.727,70	184.657,70	25.208,36	1.619.583,61
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:						
Saldo em 31.12.2014	(423,35)	(1.194.147,10)	(54.931,03)	(172.706,45)	(8.321,92)	(1.430.529,85)
Adições	(158,75)	(70.926,47)	(13.230,19)	(6.995,70)	(5.443,33)	(96.754,44)
Alienações		101.180,00	57.888,75	7.774,11		166.842,86
Transferência e abates	-			3,47		3,47
Saldo em 31.12.2015	(582,10)	(1.163.893,57)	(10.272,47)	(171.924,57)	(13.765,25)	(1.360.437,96)
ACTIVO LÍQUIDO	52,90	139.461,28	95.455,23	12.733,13	11.443,11	259.145,65

O equipamento básico é constituído maioritariamente por contentores designados "Pontos Electrão", sendo que a totalidade desses mesmos equipamentos se encontram implantados em propriedade alheia, ao abrigo de diversos protocolos celebrados entre a Amb3E e os seus parceiros, no âmbito da actividade para a qual a mesma se encontra licenciada.

A quantia escriturada líquida para cada classe de activo financiado por contractos de locação financeira, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 era a seguinte:

Rubrica / bem	2015			2014
	Custo de aquisição	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Equipamento básico				
ponto electrão - 515 unidades	863.200,00	863.200,00	-	6.749,26
Sub-total - equipamento básico	863.200,00	863.200,00	-	6.749,26
Equipamento de transporte				
viatura matrícula 27-LH-21	-	-	-	638,29
viatura matrícula 78-LS-42	-	-	-	2.899,07
viatura matrícula 10-PT-79	49.500,00	4.523,74	44.976,26	-
viatura matrícula 21-PQ-39	56.227,70	5.748,91	50.478,79	-
Sub-total - equipamento de transporte	105.727,70	10.272,65	95.455,05	3.537,36
Total de bens em locação financeira	968.927,70	873.472,65	95.455,05	10.286,62

7. Activos intangíveis

A totalidade do saldo que compõe esta rubrica refere-se a programas de computador, os quais em 31 de Dezembro de 2015 se encontram totalmente amortizados.

	Programas de computador	Total
ACTIVO BRUTO		
Saldo Inicial	85.956,07	85.956,07
Aquisições	-	-
Alienações, Abates e Regularizações	-	-
Saldo Final	85.956,07	85.956,07
AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS		
Saldo Inicial	(85.956,07)	(85.772,14)
Amortizações do Exercício	-	-
Alienações, Abates e Regularizações	-	-
Saldo Final	(85.956,07)	(85.956,07)
ACTIVO LÍQUIDO	-	-

8. Participações financeiras

Nesta rubrica está registada a contribuição para o património associativo da CCRPT – Associação Portuguesa do Centro de Coordenação e Registo, no valor de EUR 5.000,00, representando 25% do correspondente fundo patrimonial.

9. Outros activos financeiros

A Amb3E regista, numa lógica de detenção até à maturidade, EUR 8.700.000,00 em sede desta rubrica, referentes a dois blocos de obrigações emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, com maturidades nos anos 2018 (EUR 4.200.000,00) e 2019 (EUR 4.500.000,00).

Encontram-se ainda registadas nesta rubrica as contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho, que, a 31 de Dezembro de 2015, ascendiam a EUR 701,73.

10. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica de clientes apresentava as seguintes maturidades:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
< 90 dias	307.675,84	382.407,40
91 - 180 dias	53.359,53	2.752,40
> 180 dias	<u>39.203,02</u>	<u>83.758,62</u>
	400.238,39	468.918,42

Relativamente ao ajustamento de dívidas a receber, em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 apresentava os seguintes saldos, conforme movimentação que abaixo se expressa:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo Inicial	311.425,71	194.241,36
Reversões	(8.840,15)	(6.702,83)
Reforços	<u>2.062,24</u>	<u>123.887,18</u>
Saldo Final	304.647,80	311.425,71

11. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte composição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldos devedores		
Imposto Sobre o Valor Acrescentado	104.735,98	115.377,84
Saldos credores		
Imposto Sobre o Rend. P. Singulares	13.691,23	11.311,87
Contribuições para a Segurança Social	<u>12.558,52</u>	<u>12.151,16</u>
	26.249,75	23.463,03

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos a nível de segurança social), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos.

Nesta conformidade, as declarações fiscais da Amb3E relativas aos períodos de 2012 a 2015 poderão ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração da Amb3E entende que eventuais correcções resultantes de revisões / inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

12. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Juros a receber	133.023,42	108.862,81
Ecovalores a receber	1.679.603,76	1.850.486,51
Outros devedores por acréscimos de proveitos	40.000,00	69.100,90
Outros devedores e credores	<u>98.007,95</u>	<u>47.791,75</u>
	1.950.635,13	2.076.241,97

Na sub-rubrica "Juros a receber" encontram-se registados os montantes de juros respeitantes às diversas aplicações financeiras da Amb3E, corridos até 31 de Dezembro de 2015 e 2014, mas só efectivamente recebidos após essas datas.

Em sede da sub-rubrica "Ecovalores a receber" encontram-se registados os montantes de facturação referentes ao último trimestre dos anos 2015 e 2014, cuja emissão ocorreu a partir do mês de Janeiro de 2016 e 2015; o cálculo de tal montante teve por base os mapas reportados e facturados no início de 2016 e 2015.

Na sub-rubrica "Outros devedores por acréscimos de proveitos", estão reconhecidos os montantes referentes a notas de crédito, pendentes de emissão por parte dos correspondentes fornecedores.

Conforme explicitado na nota 5. acima, em sede de "Outros devedores e credores" encontram-se reconhecidos EUR 70.000,00 a receber da participada CCRPT – Associação Portuguesa do Centro de Coordenação e Registo. Ainda nesta sub-rubrica, o restante valor encontra-se líquido de uma imparidade registada no presente período, no montante de EUR 17.839,66.

13. Diferimentos

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 era decomposto como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Seguros Liquidados	38.923,38	38.037,72
Rendas Liquidadas	6.540,15	6.540,15
Formação	4.184,00	4.016,00
Outros custos diferidos	<u>16.054,36</u>	<u>75.639,55</u>
	65.701,89	124.233,42

14. Património Associativo

O património Associativo da Amb3E é constituído pela contribuição efectuada pelos seus sessenta e dois associados, por uma entrega cujo valor individual ascendeu a EUR 10.000,00.

A 31 de Dezembro de 2015, o património associativo é de EUR 620.000,00 e encontra-se integralmente realizado.

15. Provisões

Provisão para processos judiciais em curso

Tendo por base decisões judiciais de primeira instância, em sede de processos de natureza cível movidos por dois anteriores fornecedores da Amb3E, reforçaram-se em cerca de EUR 29.000,00 no presente exercício, as provisões relativas a capital e juros a incorrer em caso de decisão definitiva desfavorável à Amb3E, sendo que o encerramento de um dos processos levou à utilização de EUR 15.000,00, pelo que o montante total das mesmas a 31 de Dezembro de 2015 ascende a cerca de EUR 181.000,00.

Outras provisões - tratamento futuro de resíduos

Tomando por base o normativo vigente, designadamente o disposto nas NCRF 21 e 26, e assumindo a obrigação presente da Amb3E - na recolha de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos / REEE e de resíduos de pilhas e acumuladores / RPA - decorrente de acontecimentos passados (colocação no mercado Nacional, por parte dos aderentes da Amb3E, de equipamentos eléctricos e electrónicos / EEE e pilhas e acumuladores / PA, cuja responsabilidade pelo fim de vida foi pelos mesmos transposta para a Amb3E no momento da correspondente adesão) é entendimento desta entidade que deve ser reconhecida a responsabilidade atinente aos gastos com a recolha e tratamento de tais resíduos, geradora de exfluxos de recursos financeiros em anos futuros, sendo que a correspondente estimativa pode, à data de hoje, ser medida com fiabilidade.

O reforço da provisão para tratamento futuro de resíduos tem por base o produto do gasto médio de gestão operacional incorrido em cada período pelo volume de resíduos a gerir em anos futuros, adveniente dos equipamentos colocados no mercado nesse mesmo período.

O cálculo da reversão da provisão assenta no período de vida útil médio verificado para a globalidade das categorias legais de equipamentos, agregando as diversas tipologias e considerando o ano de colocação no mercado de cada categoria legal de equipamentos como primeiro ano para a reversão da provisão, sendo então esta consumida numa base directamente proporcional ao número de anos de vida útil estimada para cada uma das categorias legais.

Nesta conformidade, a componente de aumento / reforço da provisão toma por base as metas anuais de recolha de resíduos definidas nos termos do licenciamento aplicável à actividade da Amb3E, estimando por esta via as quantidades para recolha e tratamento em períodos futuros, decorrentes das suas acções passadas e geradoras de obrigação presente.

A componente de diminuição / reversão assenta nos períodos de vida útil estimada para cada uma das categorias de equipamentos eléctricos e electrónicos legalmente definidas, considerando a melhor informação disponível para o efeito, suportada em bases de dados de reconhecido mérito, a nível internacional.

Critério de Mensuração

O cálculo do reforço da provisão no presente período (aplicado de forma consistente face a períodos anteriores) teve por base o produto do gasto médio de gestão operacional de REEE efectivamente incorrido em 2015 (EUR 126,23/ tonelada) pelo volume de REEE a gerir em anos futuros, decorrente do volume médio de EEE colocados no mercado nos três anos imediatamente anteriores (2012 a 2014) pelos aderentes da Amb3E, estimado em 35.898 toneladas.

Para o cálculo da reversão da provisão foi considerado um período de vida útil médio de sete anos para a globalidade das categorias legais. Tal período resultou da pesquisa levada a cabo pela Amb3E junto de duas bases de dados de referência para o sector, nomeadamente a disponível no National Institute for Environmental Studies (Japão) e a disponível na United Nations University, órgão ligado à ONU. A metodologia utilizada assentou na agregação, por categoria legal, das diversas tipologias de equipamentos eléctricos e electrónicos constantes nas atrás referidas bases de dados, considerando posteriormente o período de vida útil como o resultante do mínimo das médias simples obtidas para cada categoria legal. Na aplicação deste critério considerou-se o ano de colocação no mercado de cada categoria legal de EEE como primeiro ano para a reversão da

provisão, sendo então esta consumida numa base directamente proporcional ao número de anos de vida útil estimada para cada uma das atrás aludidas categorias legais.

Movimentos ocorridos

Durante o período findo em 31 de Dezembro de 2015, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

	Processos Judiciais	Outras Provisões	Total
Quantia escriturada inicial	167.134,02	15.192.518,34	15.359.652,36
Reforço	29.207,44	4.531.390,09	4.560.597,53
Reversão	-	(5.814.266,32)	(5.814.266,32)
	29.207,44	(1.282.876,23)	(1.253.668,79)
Utilização	(15.000,00)	-	(15.000,00)
Quantia escriturada final	181.341,46	13.909.642,11	14.090.983,57

16. Fornecedores

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro de 2015 detalhava-se da seguinte forma:

Designação	Valor
3 DRIVERS - Eng. , Inovação e Ambiente, Lda.	16.753,41
Ambicare Industrial - Tratamento de Resíduos, S.A.	15.839,02
Ambigroup Reciclagem	127.727,43
Ambigroup Resíduos	27.513,46
Auchan Portugal Hipermercados, S.A.	18.450,00
Batistas - Reciclagem de Sucatas, S.A.	20.088,98
COMPTA EMERGING BUSINESS, SA.	50.430,00
Constantino Fernandes Oliveira & F.ºs S.A.	51.447,00
Happy Brands, Lda	20.055,15
Hill & Knowlton Portugal SA	18.450,00
Interecycling Sociedade de Reciclagem, S.A	367.477,83
JOCATE - Transportes e Equipamentos Lda.	19.628,91
Pepper Activation Lda	18.053,64
PLMJ - Sociedade de Advogados, Lda	28.143,66
Rádio Popular Electrodomésticos, S.a.	19.497,00
Renascimento, Gestão e Reciclagem de Resíduos, Lda	38.677,15
Resatlantico-Gestão de Resíduos LDA	18.754,47
Resíduos do Nordeste	21.036,76
SOAP - Só Apresentações Lda	17.896,50
VALNOR, Val. e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	18.317,36
Outros	627.647,28
	<u>1.561.885,01</u>

É de referir que os valores acima discriminados representam cerca de 60% do total da rubrica a 31 de Dezembro de 2015.

17. Financiamentos obtidos

Os montantes inscritos nesta rubrica, com referência a 31 de Dezembro de 2015, respeitam integralmente a contratos de locação financeira, cuja responsabilidade total é de EUR 95.820,98, montante este reportado da seguinte forma em função da data de vencimento das rendas: EUR 12.481,73 como passivo corrente e EUR 83.339,25 como passivo não corrente.

18. Outras contas a pagar (passivo corrente)

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Credores por acréscimos de gastos	694.490,52	382.210,21
Outros credores	46.406,10	32.867,44
	<u>740.896,62</u>	<u>415.077,65</u>

O saldo da sub-rubrica "Credores por acréscimos de gastos" era composto conforme segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações a liquidar	157.993,26	158.717,02
Outros credores por acréscimos de gastos	536.497,26	223.493,19
	<u>694.490,52</u>	<u>382.210,21</u>

O saldo da sub-rubrica "Outros credores por acréscimos de gastos", respeita fundamentalmente à aplicação do princípio do acréscimo às despesas referentes à área de gestão de resíduos, facturadas em 2016 mas incorridas no período de 2015.

19. Fornecimentos e serviços externos

No âmbito desta rubrica destacaram-se, pela sua materialidade, os seguintes saldos:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Subcontratos	4.666.600,64	4.978.003,13
Trabalhos Especializados	672.787,14	624.382,36
Publicidade e Propaganda	324.738,60	387.291,64
Honorários	57.978,40	46.034,88
Rendas e Alugueres	108.322,49	157.642,98
Deslocações e Estadas	19.224,05	29.731,79
Comunicação	20.892,41	43.802,45
Materiais	5.138,36	23.779,80
Combustíveis	7.650,30	11.668,35
Seguros	8.584,35	7.649,22
Outras despesas	24.493,47	40.678,75
	<u>5.916.410,21</u>	<u>6.350.665,35</u>

Na rubrica "Subcontractos" estão registados os gastos directos com a operação de gestão de resíduos nomeadamente, recepção e triagem, transporte e tratamento e valorização, assumindo relevância - no decréscimo verificado no período de 2015 - a revisão das condições contratuais junto dos principais parceiros operacionais da Amb3E.

A rubrica "Trabalhos Especializados" é fundamentalmente composta por serviços subcontratados de informática, por serviços de consultoria estratégica, por serviços de consultoria técnica à área de gestão de resíduos e por serviços jurídicos.

Relativamente à rubrica "Publicidade e Propaganda", o decréscimo verificado, face ao ano 2014, assenta na continuidade da opção pela concentração dos meios financeiros disponíveis em acções de menor visibilidade global, mas de efectivo impacto junto dos alvos seleccionados como primordiais na passagem da mensagem de sensibilização para o tratamento ambientalmente responsável dos resíduos de EEE e PA.

No decurso de 2015, a Associação concluiu a segunda edição do projecto "POW_Dá POWER ao Electrão" e retomou o projecto "Escola Electrão", que decorrerá até meados de 2016, ambos especificamente direccionados para a comunidade escolar. Outro dos projectos estruturantes do esforço de sensibilização desenvolvido pela Amb3E – o "Quartel Electrão" - tem como alvo a comunidade social servida pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do território continental e viu a sua segunda edição ser integralmente realizada no presente período.

Na rubrica "Honorários" estão registados os gastos com auditoria externa de apoio à área de gestão de resíduos e com consultoria de gestão.

A rubrica "Rendas e alugueres" contempla os gastos com o arrendamento de instalações da Amb3E e com o aluguer / *renting* de viaturas, tendo a expressiva redução – de 2015 face a 2014 – resultado do fim da ocupação do espaço de armazenamento de contentores "Ponto Electrão", verificado nos primeiros meses do ano 2015.

20. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, os saldos componentes desta rubrica apresentavam o seguinte detalhe:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Remunerações	560.835,34	720.148,53
Encargos sobre remunerações	112.905,51	178.151,23
Indemnizações	-	30.639,67
Seg. acid de trab e doenças prof.	45.975,00	55.259,80
Outros gastos c/ pessoal	14.140,08	11.453,26
	<u>733.855,93</u>	<u>995.652,49</u>

O decréscimo notado nas sub-rubricas “Remunerações” e “Encargos sobre remunerações” assentou no facto de 2014 – ao contrário de 2015 – contar com cerca de meio ano de actividade de dois colaboradores em áreas de direcção e coordenação, tendo entretanto os correspondentes vínculos sido rescindidos.

O número médio de pessoal da Amb3E ao longo dos dois últimos anos, e o número de pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro 2015 e de 2014, foi de:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Número médio de funcionários	14	14
Número de empregados no fim do período	14	13

21. Outros rendimentos e ganhos

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica era composto da seguinte forma:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Contribuição de Jóias – utentes	-	30.000,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	6.827,10	1.015,66
Alienações - activos fixos tangíveis	17.489,70	25,01
Outros não especificados	<u>5.312,05</u>	<u>7.076,88</u>
	29.628,85	38.117,55

Relativamente às jóias de adesão, desde meados de 2014 a Amb3E suspendeu a cobrança das mesmas, em linha com o preconizado no novo enquadramento legal da actividade do sistema de gestão integrado de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos, definido no Decreto-Lei n. 67/2014 de 7 de Maio.

Quanto à sub-rubrica “Alienações - activos fixos tangíveis”, o valor inscrito em 2015 reporta fundamentalmente à venda de equipamento básico (contentores de lâmpadas) totalmente amortizado.

22. Outros gastos e perdas

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Impostos	923,24	1.437,23
Taxas	42.539,78	13.709,47
Quotizações	38.181,11	18.380,97
Menos valias	784,65	-
Multas não fiscais	-	232,50
Outros não especificados	<u>3.291,71</u>	<u>2.301,32</u>
	85.720,49	36.061,49

Relativamente às sub-rubricas mais relevantes no exercício 2015, importa referir:

- a sub-rubrica “Taxas” contempla fundamentalmente os montantes referentes a taxas de licenciamento (SIGRPA) e de gestão de resíduos (SIGREEE e SIGRPA);
- relativamente à sub-rubrica “Quotizações”, a mesma releva essencialmente os *fees* anuais de participação da Amb3E numa associação pan-europeia de entidades gestoras de fluxos específicos de resíduos.

23. Juros e rendimentos similares obtidos e juros e gastos similares suportados

Na rubrica “Juros e rendimentos similares obtidos” estão incluídos os montantes respeitantes à remuneração de depósitos a prazo e de outros activos financeiros da Amb3E, líquidos das taxas liberatórias sobre os mesmos aplicados (EUR 246.400,12 em 2015 e EUR 295.250,51 em 2014).

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” é composta fundamentalmente pelos juros suportados em sede das rendas incorridas no período de 2015, relativamente aos contractos de locação financeira em vigor.

24. Vendas e serviços prestados

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava o seguinte detalhe:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
PS - Ecovalores	5.902.012,19	6.457.419,84
PS - EcoP&A	49.958,00	43.366,59
	<u>5.951.970,19</u>	<u>6.500.786,43</u>

25. Outras informações:

A) Remuneração dos membros dos órgãos sociais

Os montantes atribuídos aos membros dos órgãos sociais nos períodos de 2015 e 2014, foram de, respectivamente:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Conselho de Administração	71.250,00	95.350,00
Conselho Fiscal	12.000,00	12.000,00
	<u>83.250,00</u>	<u>107.350,00</u>

De referir que os valores pagos ao Conselho de Administração reportam a serviços pelos mesmos prestados em sede de presença nas reuniões do Conselho de Administração da Associação.

B) Processos judiciais em curso

A Amb3E moveu uma acção judicial a um seu ex-fornecedor de serviços de informática, ascendendo tal acção ao montante de EUR 1.214.000,00. Em função da decisão judicial de primeira instância atinente a tal acção, conhecida em 2014 e alvo de imediato recurso por parte da Amb3E, nos registos contabilísticos da Associação constam, à data de 31 de Dezembro de 2015, cerca de EUR 597.000,00 entre capital e juros a liquidar a tal fornecedor, em caso de decisão definitiva desfavorável à Amb3E.

Quanto a processos de natureza criminal, em Dezembro de 2013 foi proferido despacho de acusação, por parte do Ministério Público, relativamente a queixa-crime apresentada pela Amb3E contra dois seus ex-colaboradores e incertos. Neste âmbito, a Amb3E deduziu um pedido de indemnização cível, no montante aproximado de EUR 1.045.000,00, perspectivando-se o início do correspondente julgamento a partir do segundo trimestre de 2016, dado o adiamento da data inicialmente aprazada (Novembro de 2015).

C) Garantias bancárias

Com referência a 31 de Dezembro de 2015, a Amb3E era responsável pela solicitação de emissão de garantias bancárias a favor de terceiros, conforme detalhe abaixo:

Entidade beneficiária	Entidade emissora	Data de emissão	Valor (EUR)
Repsol Portuguesa, S.A.	CGD	05/01/2009	6.000,00
IVG – Inst. Funds GMBH - Sucursal em Portugal	Novo Banco	14/12/2011	31.296,00
Agência Portuguesa do Ambiente	Novo Banco	29/07/2015	10.700,00

D) Posição da Amb3E perante a administração fiscal e a segurança social

O Conselho de Administração informa que a Amb3E não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº534/80 de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Amb3E perante a segurança social se encontra regularizada.

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

11. Certificação Legal das Contas



Horwath & Associados, SROG, Lda.
Member Crowe Horwath International

Edifício Scala
Rua de Vilar, 235 - 2º andar
4050-626 Porto, PORTUGAL
+351 22 605 17 80 Tel
+351 22 605 17 89 Fax
audit@crowehorwath.pt
www.crowehorwath.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos ("Associação"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015, (que evidencia um total de 20.792.830,50 Euros e um total de fundos patrimoniais de 4.274.534,01 Euros, incluindo um resultado líquido de 636.435,95 Euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Associação, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Inscrição na OROC n.º 186 - Registo na CMM n.º 9171 - NIPC 506 942 155 - Capital Social 51.300 Euros | C.R.C. Porto

Lisboa: Avenida Miguel Bombarda, 21, 3º Esq. - 1050-181 Lisboa
Tel: +351 21 319 00 00 - Fax: +351 21 354 15 59



Horwath & Associados, SROC, Lda.
Membro Crowe Horwath International

Inscrição na CRROC n.º 186
Registo na CMVM n.º 9171

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, as alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no período findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as Entidades do Setor não Lucrativo.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Porto, 11 de março de 2016

HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por:


Carla Manuela Serra Geraldes, ROC n.º 1127

12. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

Em cumprimento da lei e do mandato que nos foi confiado, apresentamos o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2015.

RELATÓRIO

No desempenho das funções que nos são atribuídas pelo art. 31.º dos Estatutos, acompanhámos regularmente a atividade da Associação, através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos que lhes estão subjacentes e, ainda, através dos contactos estabelecidos com a Administração e os Serviços, os quais, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram sempre todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar e agradecer.

Em resultado do trabalho efectuado, complementado pelas informações prestadas pelo Revisor Oficial de Contas membro do Conselho Fiscal, é nossa convicção que o relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, os quais apreciamos, são suficientemente esclarecedores da situação da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

Apreciamos igualmente a Certificação Legal das Contas datada de 11 de março de 2016 emitida pelo Revisor Oficial de Contas, a qual não inclui reservas nem ênfases e que merece a nossa concordância.

PARECER

Considerando as análises e trabalhos efetuados, e tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e a concordância que a mesma nos merece, somos de parecer que a Assembleia Geral da AMB3E – Associação Portuguesa de Gestão de Resíduos aprove:

- a) O relatório de gestão e as contas do período findo em 31 de dezembro de 2015;
- b) A proposta de aplicação de resultados constante do relatório de gestão.

Porto, 11 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL

António Pedro em representação da
OSRAM – Empresa de Aparelhagem Eléctrica, Lda. - Presidente



Norberto Mendes em representação da
Legrand Eléctrica, S.A. - Vogal



HORWATH & ASSOCIADOS, SROC, LDA. - Vogal
Representada por:
Carla Manuela Serra Gerales, ROC nº 1127

Contactos

Quinta da Fonte, Edifício D. José Piso 0
Rua Quinta da Quintã N.ºs 1 e 1A
2770-071 Paço de Arcos

Tel.:(+351) 214 169 020

Fax.: (+351) 214 169 039

E-mail: amb3e@amb3e.pt